

DIREITOS HUMANOS

Violações resistem, fora dos porões

Focada nos anos de chumbo, discussão sobre decreto ignora violência policial e tortura que ocorre às claras

Bruno Paes Manso

Para onde quer que se olhe no Brasil, os números do desrespeito aos direitos humanos na área de segurança são excessivos. Desde o começo da década, entre 45 mil e 51 mil assassinatos ocorrem todo ano no País. Só em São Paulo e no Rio, entre 2002 e outubro do ano passado, foram 12.972 mortes de civis em supostos confrontos com policiais. As prisões permanecem superlotadas, com déficit de quase 140 mil vagas.

Os direitos humanos voltaram ao centro do debate após a divulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos, no final do ano passado. O decreto

avança para aborto, controle social da mídia e revisão da Lei da Anistia, o que gerou reações contrárias de entidades, da Igreja e dos militares. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve de amenizar o tópico da Comissão da Verdade, que tinha entre os objetivos punir torturadores.

A tortura, porém, se antes era feita nos porões, hoje ocorre em público. Na maior parte das vezes, não aparece nos registros oficiais. Foi o que mostrou pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que ouviu quase 5 mil jovens entre junho e julho do ano passado e constatou que 57,6% dos moradores de bairros violentos presenciaram mais de um caso de violência po-

licial no período de um ano.

RESPONSABILIDADE

O setor de segurança pública não produziu só más notícias desde 2002. Especialistas apontam que os principais avanços começaram em 2007, com o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que marcou a iniciativa do governo de repartir a responsabilidade em um assunto que era considerado tarefa exclusiva dos Estados.

“Se olharmos os números, existe pouco para comemorar. Mas a divisão das responsabilidades no setor é uma novidade importante”, afirma o sociólogo Renato Sérgio de Lima, secretário

executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Até pela demora em tirar o projeto do papel, os resultados no dia a dia ainda não apareceram. Os homicídios, que em

Pronasci promoveu alguns avanços, mas há demora em tirá-lo do papel

2003 atingiram recorde de casos no Brasil, com 51.043 ocorrências, caíram nos anos seguintes, principalmente pela redução no Estado de São Paulo. Foi também nesse ano que o País

aprovou o Estatuto do Desarmamento, que, entre outras medidas, tornou crime inafiançável a posse de armas ilegais.

Para enfrentar a violência e melhorar o trabalho das corporações policiais de forma mais efetiva, o governo passou a indicar, com a anuência de governadores, delegados da Polícia Federal para comandar 17 secretarias de Segurança nos Estados.

Alguns resultados estão surgindo. No ano passado, Pernambuco e Alagoas, marcados pelo elevado número de homicídios, reverteram a tendência. “Existem políticas que deram certo e precisam ser replicadas”, diz o sociólogo Ignacio Cano, pesquisador do Laboratório de Análi-

ses da Violência e professor da Uerj. Como exemplo de resultado efetivo da parceria entre Estado e União, ele cita as Unidades de Polícia Pacificadora, que ocupam morros no Rio com a ajuda do Pronasci.

A diretora executiva da ONG Justiça Global, Andressa Caldas, vê com ceticismo as parcerias por iniciativa federal. Ela compara o alcance do Pronasci com o ambicioso Sistema Único de Segurança Pública (Susp), aos moldes do Sistema Único de Saúde. O Susp não decolou e até 2007 a distribuição anual de verbas foi, em média, de R\$ 162 milhões. O Pronasci, que sucedeu o projeto, distribuiu mais de R\$ 900 milhões em 2009. ●



FLAGRANTE - PMs imobilizam suspeito e o algemam em árvore, na Av. Ataulfo de Paiva, no Leblon: especialista sugere monitoramento de policiais e metas de redução de autos

Policiais mataram 10 mil pessoas em 12 anos no Rio

Para especialistas, é o principal problema a enfrentar

Felipe Werneck

O grande número de mortos em alegados confrontos com policiais é o principal problema a ser enfrentado na área de direitos humanos no Rio, apontam pesquisadores ouvidos pelo Estado. Em pouco menos de 12 anos, policiais do Rio mataram mais de 10 mil pessoas em supostos confrontos, registrados como “autos de resistência”.

Foram 10.385 casos de janeiro de 1998, quando o governo começou a divulgar esses números, a novembro de 2009, últi-

mo dado disponível. O período em que a polícia mais matou foi durante o governo de Sérgio Cabral Filho (PMDB): 3,2 pessoas por dia, em média.

“Execuções sumárias são a questão mais grave no Rio”, afirma o pesquisador Ignacio Cano, professor da Uerj. Ele defende monitoramento dos policiais e metas de redução dos autos. Cano diz que pesquisadores chegaram a propor isso ao governo em audiência pública.

Hoje, existem metas oficiais para redução de homicídios, roubos de rua e roubos de car-

ros, estabelecidas no segundo semestre de 2009. A Secretaria de Segurança informou que a prioridade é reduzir esses crimes e avisou que não haverá meta para autos. A pasta atribuiu o grande número de mortes ao “contexto de guerra de gangues na disputa por territórios para o controle da venda de droga”.

A Coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, a cientista social Silvia Ramos, também aponta os autos como “o grande problema a ser enfrentado no Rio”.

Silvia é entusiasta das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), programa iniciado pelo governo há um ano na favela Dona Marta, em Botafogo, que na semana passada chegou a mais duas comunidades de Copacabana – ao todo, seis favelas receberiam ex-recrutas. A medida beneficiou oficialmente 110 mil moradores, com o fim da presença ostensiva de traficantes armados. Ela diz que não se pode ter uma polícia esquizofrênica – “a da UPP, que aprende a respeitar, e a do policial que entra na favela dando tiro e chamando morador de vagabundo.”

Para a cientista social, existe no Rio a cultura segundo a qual é natural que um policial entre numa favela, atire e mate pessoas. “Isso conta com o apoio de setores da sociedade. Tem muita gente que aplaude.” Para a pesquisadora, auto de resistência tornou-se um problema sobre o qual não há um diálogo honesto. “Criou-se um Fla-Flu, uma lógica do ‘nós e eles’, poli-

cia versus direitos humanos, e a sociedade se estagnou”, diz. “O uso da força letal pela polícia no Rio é um problema sobre o qual a sociedade ainda não se debruçou suficientemente. Quando se fala desses números no exterior, vemos o despropósito. São mil por ano há vários anos.”

MAIS CONTROLE

Silvia avalia que a explicação dada pela secretaria sobre a configuração do crime no Rio é verdadeira, mas não pode ser uma justificativa. Ela defende o controle de armas e de munição. “Ninguém na PM sabe dizer qual é a média de tiros de um policial. Há um descontrole total.” Para ela, um policial que mata deveria ser retirado de serviço e ter apoio psicológico.

A secretaria informou que existe um projeto de gestão do estoque de armas e de munições que “está no papel, es- perando recursos”. ●

‘Direitos Humanos? Aqui não tem isso não’

Monica Bernardes

ESPECIAL PARA O ESTADO
RECIFE

“Direitos Humanos? Aqui não tem isso não moça. A única coisa que pobre como a gente pode contar é Deus.” A declaração é da diarista Maria da Conceição Santos, de 43 anos, que no primeiro dia de 2010 perdeu o filho mais novo, o ambulante Elton Santos de Brito, de 26 anos, assassinado a tiros em Olinda.

Além de Brito, outras 157 pessoas foram vítimas de homicídio em Pernambuco neste ano, segundo dados do site www.pe-bodycount.com.br, mantido por um grupo de jornalistas que desde maio de 2007 acompanha os casos de violência no Estado. Os números do site costumam ser próximos dos registrados na página oficial da Secretaria de Defesa Social.

O perfil das vítimas, em geral, é bem parecido. A maioria é do sexo masculino, tem até 30 anos, é pobre, com pouco estudo e tem a cor da pele entre preta e negra.

Em 2009, 4.061 pessoas foram assassinadas no Estado. Em 2008, este número havia sido ainda maior: 4.569, o que representa uma redução de 508 homicídios (12,2%). A taxa de mortalidade (para cada 100 mil habitantes) que era de 52,59 em 2008, passou para 46,18 em 2009. Apesar de ainda ser considerado alto por especialistas em violência urbana de todo o País, o número de assassinatos vem caindo ao longo dos últimos 13 meses.

O assessor especial do governo pernambucano para a Segurança Pública, José Luiz Ratton, reconhece os altos índices, mas vê avanços no combate às violações dos direitos humanos – em especial, em relação ao crime de homicídio. “Pernambuco tem um histórico de violência que é conhecido no País. Desde 2007 temos buscado soluções para diminuir o problema. É evidente que em áreas como essa os resultados não surgem da noite para o dia.” ●

A encomenda inteligente

As melhores soluções para quem envia.

A maior satisfação para quem recebe.

www.passaromarron.com.br

SAC: 0800 2853047 - ADM: (11)3775-3850

Soluções para encomendas expressas.

Entrega até 3 horas após a chegada ao destino.

Entrega até as 12 horas do dia seguinte.

Entrega até as 18 horas do dia seguinte.

Vannuchi infla números sobre Araguaia

Pasta cita identificação de restos mortais de pessoas que não estiveram ali

Leonencio Nossa
BRASÍLIA

Em meio a críticas pela demora na identificação de nove conjuntos ósseos de guerrilheiros do Araguaia sob a guarda do governo, como divulgou ontem o Estado, a Secretaria de Direitos Humanos inflou o número de corpos já identificados de militantes do movimento armado ocorrido no Sul do Pará nos anos 1970.

Oficialmente, a secretaria incluiu os restos mortais de outras três pessoas que nunca estiveram no Araguaia na lista de identificados. Até hoje,

no entanto, apenas dois corpos retirados da região foram entregues às famílias.

Procurada para esclarecer a situação do processo de identificação de fragmentos ósseos retirados do Araguaia que estão nos armários de Brasília, a secretaria comandada pelo ministro Paulo Vannuchi informou, por e-mail, que foram identificados “positivamente” os fragmentos de militantes da esquerda mortos em São Paulo – Flávio Molina, executado em 1971, antes da Guerrilha do Araguaia começar, e Luiz José da Cunha e Miguel Sabat Nuet, assassinados em 1973.

Integrantes da guerrilha do

Araguaia, Maria Lúcia Petit foi identificada em 1996 e Bérqson Gurjão Farias teve o corpo reconhecido no ano passado, em um processo de pressão de pesquisadores que contestavam laudos negativos apresentados por Vannuchi. Por fim, o ministro apresentou um laudo positivo e entregou os restos mortais do guerrilheiro para a família.

A pasta informou que examinou as nove “ossadas” – como se refere aos restos mortais que estão nos seus armários. “Os resultados foram inconclusivos (devido ao estado em que foram encontradas) ou negativos em comparação com as mostras disponíveis no banco de DNA.

À medida que a tecnologia avança e mais familiares doam amostras de sangue ao banco, as ossadas podem ser testadas novamente”, observou.

A assessoria não deu detalhes dos exames. Os corpos de Maria Lúcia e de integrantes da guerrilha urbana foram identificados, nos anos 1990, por antropologia e antropometria, levando em conta informações obtidas a partir da análise dos ossos e do histórico dos sepultamentos. À época, os exames de DNA não existiam. A secretaria informou que o banco de DNA montado pelo governo já conta com amostras de sangue de 142 familiares de 108 desaparecidos. ●